

*Ata da 34ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 13 de agosto de 2015.*

Presidência do Senhor Deputado José de Arimatéia, *ad hoc*. À hora marcada, o Sr. Presidente e proponente do evento, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão em **comemoração ao aniversário de 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Compuseram Mesa dos trabalhos os Senhores: Admar Fontes, Coordenador do Programa de Proteção aos Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, representando o Governo do Estado; Severiano Alves, Superintendente do Ministério do Trabalho e Emprego; Procuradora Márcia Guedes, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente, representando o Procurador-Geral Márcio Fahel; Coronel Nascimento, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Anselmo Brandão; Luiz Carlos, Vereador da Cidade do Salvador; Marcus Magalhães, Coordenador da Superintendência de Assistência Social da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social; Renata Lago, médica pediatra e endocrinologista infatojuvenil do Centro de Diabetes e Endocrinologia do Estado da Bahia (Cedeba); Luciano Betiate, Escritor, Conferencista e Coordenador de Seminários sobre Direitos Humanos e temas relacionados à Infância; Regina Sousa, Presidente do Instituto Pedro Barbosa; Rogéria Santos, Coordenadora do Projeto Mulheres em Ação de Salvador; Leonardo França, Coordenador do PRB Juventude; Eronildes Lopes, representando os Conselheiros Tutelares. Após a execução do Hino Nacional, o Sr. Presidente, da tribuna, afirmou que o estatuto veio estabelecer “os deveres da nossa sociedade na relação com a juventude, devendo respeitar e proteger a integridade psíquica, moral e física de cada jovem brasileiro”. Ressaltou a importância dos Conselheiros Tutelares na implementação do ECA, que ainda é ignorado por muitos. Enumerou projetos e indicações em tramitação na Casa que visam garantir a implementação do Estatuto, garantindo melhor qualidade de vida aos jovens. Foi apresentado um vídeo que traz a realidade de crianças e adolescentes vivendo em condições de vulnerabilidade e risco social, mostrando que há superação quando são oferecidas oportunidades para resgatar a dignidade. O Sr. Marcus Magalhães, fazendo um histórico sobre os direitos de crianças e adolescentes, discorreu sobre a redução da maioridade penal no Brasil, ressaltando posicionamento contrário à proposta que tramita no Congresso Nacional. Acrescentou que a sociedade se volta para a redução da maioridade pelo clima de insegurança e um espírito sanguinário e vingativo, lembrando que o ECA já prevê sanções socioeducativas para os infratores. A Sra. Claudenice Teixeira Cerqueira, Delegada Titular da Delegacia para o Adolescente Infrator (DAI), destacou os trabalhos desenvolvidos na delegacia e as limitações que enfrenta, especialmente pela falta de estrutura. A Sra. Renata Lago

apresentou dados estatísticos que revelam um crescimento preocupante da obesidade e obesidade mórbida em crianças e adolescentes. Ressaltou que a obesidade é multifatorial e vem sendo influenciada tanto pela genética quanto por hábitos familiares, defendendo a prevenção como principal estratégia de enfrentamento da epidemia. O Sr. Presidente convidou o grupo Força Jovem, da Igreja Universal do Reino de Deus, para fazer uma apresentação musical. A Sra. Eronildes Lopes apelou por ajuda para um Conselheiro Tutelar que se encontra internado, salientando a importância desses profissionais para aplicar as ações do ECA. O Sr. Luciano Betiate relatou a história dos 25 anos do ECA, rememorando que toda a legislação anterior tratou o menor como um problema que deveria ser afastado da sociedade, exatamente como se preconiza atualmente com o bombardeio a favor da redução da maioridade. Explicou que não se pode confundir a ideia de responsabilidade penal (a partir dos 12 anos) com maioridade penal (18 anos atualmente). Defendeu que o Estatuto é um documento legal muito bom, que sofre com a ignorância da sociedade, como se tivesse tirado o poder do adulto sobre a criança, quando na realidade só garantiu direitos fundamentais inerentes a qualquer pessoa. Defendeu “que é preciso mudar a visão da sociedade em relação ao ECA” e valorizar o trabalho dos Conselheiros Tutelares. O Coronel Nascimento saudou os Conselheiros Tutelares e salientou a parceria da PM com a Polícia Civil e o Ministério Público em prol das crianças e adolescentes, relatando experiência vivenciada quando atuou no Pelourinho. O Sr. Severiano Alves defendeu que as autoridades e políticos cessem o discurso e partam para a ação, ressaltando que as bases legais já estão postas na Constituição Federal, no ECA e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O Vereador Luiz Carlos abordou que tem como plataforma de trabalho a juventude, criando na Câmara Municipal a Frente Parlamentar em Defesa da Juventude e presidindo a Comissão da Criança e do Adolescente. Registrou a apresentação de projeto que institucionaliza a Caminhada do ECA e a aprovação de indicação que cria o Conselho Municipal da Juventude. O Sr. Luciano Alberto, Conselheiro Tutelar da Cidade do Guarujá (SP), destacou o compromisso dele com políticas em defesa da criança e do adolescente, destacando a participação nas lutas do movimento estudantil. Colocou-se à disposição do Vereador Luiz Carlos para auxiliar nas questões do Conselho Municipal da Juventude. Finalizou dizendo que os Conselheiros Tutelares desejam mais respeito dos governos, com melhor infraestrutura para realizar o trabalho. O Sr. Admar Fontes disse que reduzir a maioridade penal não é reduzir a violência, ressaltando que qualquer adolescente será responsabilizado pelo ato infracional cometido através de medidas socioeducativas previstas no ECA. Fez um comparativo da maioridade penal em outros países, afirmando que o Brasil não está em desequilíbrio comparado a outros países. O grupo Força Jovem, da Igreja Universal do Reino de Deus, fez mais uma apresentação. O Sr. Presidente, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE –
1º SECRETÁRIO –
2º SECRETÁRIO –